



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681469 - AC (2021/0227234-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : KAROLINE ALVES GUIMARAES (PRESO)
PACIENTE : IVAN DE SOUZA SILVA (PRESO)
PACIENTE : DAVI RODRIGUES DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de KAROLINE ALVES GUIMARAES, IVAN DE SOUZA SILVA e DAVI RODRIGUES DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE (Apelação Criminal n. 0003578-66.2020.8.01.0001).

Os pacientes foram condenados pela prática dos delitos de tráfico de drogas e participação em organização criminosa armada. A paciente KAROLINE foi condenada às penas de 23 anos, 1 mês e 15 dias de reclusão e de 1.580 dias-multa; e os pacientes IVAN e DAVI foram condenados às penas de 8 anos e 7 dias de reclusão e 269 dias-multa; todos no regime inicialmente fechado.

Nesta via, a defesa sustenta que os pacientes estariam sofrendo constrangimento ilegal porque foram majoradas as penas-base e cumuladas causas de aumento na terceira fase da dosimetria, sem amparo em fundamentação idônea.

Acrescenta que o aumento realizado para cada circunstância judicial considerada negativa foi desproporcional, devendo ser reduzido para 1/8.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento do *writ*. No mérito, pleiteia a concessão da ordem constitucional para que sejam reduzidas as reprimendas impostas aos pacientes.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, *“por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório”* (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência